

ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2021
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. Deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal
Deputado Nilso Berlanda
Deputado Kennedy Nunes

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Cita a EDP, de São Paulo, uma acionista minoritária da Celesc, cujo Presidente é a favor da sua privatização. Comenta que a EDP é uma empresa privada que visa apenas o lucro. Menciona que, no *ranking* de tarifas da Aneel, a Celesc tem a segunda menor tarifa pública para consumidores do Brasil, e todo o trabalho conjunto que a Celesc promoveu resultou na conquista do Prêmio IASC, sendo reconhecida nacionalmente como a melhor distribuidora de energia do Brasil em 2019. Manifesta seu apoio aos

trabalhadores da Celesc na defesa da empresa pública, e deixa seu voto de desagravo aos comentários dessa empresa de São Paulo, que quer prejudicar, encarecer o serviço público ofertado aos catarinenses.

Fala que, pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Santa Catarina ocupa hoje a sexta posição em registros de estupros, e informa que tramita, na Casa, um projeto de lei de sua autoria, que propõe a capacitação de agentes comunitários, cujo objetivo é lhes dar instruções para que possam atuar em uma situação de violência, de denúncias.

Relata, também, que recebeu um pedido de Vereadores de Fraiburgo para um financiamento de geradores de energia para as comunidades rurais, pois quando há uma intervenção da natureza não tem velocidade técnica para suprir aquela emergência.

Registra a visita que fez ao Secretário André Motta, onde recebeu a notícia da regulação do setor de eventos, e pede que a população encontre liberdade com segurança e respeito às normas de saúde pública. Acrescenta que nesse encontro também asseverou a importância da retomada dos serviços do Hemosc, em Canoinhas, e o aporte financeiro que o Governo precisa fazer.
[Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Faz apresentação de vídeo para ilustrar a sua fala, comentando a repercussão de notícia sobre os recursos do Estado que foram disponibilizados para as BRs 470, 163 e 280.

No vídeo, a jornalista diz que existe um impasse político impedindo a assinatura do convênio que vai possibilitar o envio dos recursos para as obras, e cita que a decisão final será no dia 04 de agosto, pois no dia 03 o Ministro de Infraestrutura irá à comissão do Senado para discutir questões importantes relativas à infraestrutura, entre as quais está a assinatura do convênio para efetivar o envio dos recursos do Estado para as rodovias federais. A notícia esclarece o impasse, pois o entendimento do Estado é que seria importante colocar a verba da BR-470

nos dois primeiros lotes, e o entendimento no Governo Federal é de que a verba seja distribuída ao longo de todos os lotes. O Governo de Santa Catarina espera que seja resolvido esse impasse, caso contrário os recursos terão outra destinação.

O Parlamentar discorre sobre os fatos, e ressalta que a população, por onde passam as rodovias federais, sofre, quer respostas e as obras prontas. Lamenta que o Governo Federal tenha cortado milhões do Orçamento anual para Santa Catarina, e mesmo assim o Governador Carlos Moisés se disponibilizou a colocar recursos do Estado em obras de responsabilidade federal, mas agora há esse impasse tão negativo para os catarinenses.
[Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Fala de sua saída da iniciativa privada para atuar como Parlamentar desta Casa, e diz que o que mais lhe chamou a atenção foi que, na política, ninguém se preocupa de onde vem o dinheiro e quem vai pagar a conta. Discorre sobre este pensamento e reforça que nunca se pergunta de onde vem o dinheiro para pagar projetos e demais custos. Relembra seu mandato como Vereador e suas ações para reduzir custos. Apresenta imagens como exemplo, e afirma que quem paga o déficit da Previdência são os mais pobres. Discorre sobre o tema, apresentando dados numéricos, e diz que os mais pobres são quem pagam as contas com impostos cobrados pelo Estado através do ICMS.

Comenta que nem toda cobrança de imposto é igual para todos os catarinenses, e a diferença entre quanto cada cidadão paga de imposto é a sua renda. Apresenta dados sobre a incidência de impostos na renda dos catarinenses, e fala que quanto menos se ganha, mais se paga de impostos estaduais. Reforça que a maior parcela de gastos estaduais é paga por quem ganha menos, e diz que aqueles que se preocupam com os mais pobres votarão "sim" na reforma da Previdência, e quem não se preocupa votará "não". Mostra-se um defensor destas pessoas que mais pagam impostos e diz que se alguém tem outros dados, convida a

apresentar e desfazer essa verdade, de que os mais pobres são os que mais pagam impostos no Estado.
[Taquiografia: Guilherme]

Partidos Políticos

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Fala da importância de ter políticos que pensem no Estado, não fiquem preocupados apenas em ser a favor ou contra o Governo federal, mas comecem a defender Santa Catarina acima dos interesses de Brasília. Afirma que é preciso reivindicar aquilo que nos é devido por direito, pois os catarinenses são grandes pagadores de impostos federais e recebem pouco em relação ao que é enviado. Quanto às rodovias, explica que a maneira certa de fazer rodovias federais é exigindo que o Governo Federal faça rodovias federais.

Registra que há dois anos a obra do Colégio Aderbal Ramos da Silva, no Estreito, deveria ter sido entregue, mas as promessas do Governador do foram cumpridas. Cita que há problemas no projeto desta escola e de outras tantas, como o colégio situado na Costeira, que literalmente está afundando. Informa que os projetos das duas escolas citadas são da mesma empresa, que tem muitos contratos com o Governo estadual, fatos esses que pretende apresentar. Ressalta que o Legislativo foi criado para fiscalizar as ações do Executivo, por isso vai trazer dados sobre a empresa e as obras abandonadas que precisam de solução.

Questiona como o Governo do Estado está prometendo novas obras, se não consegue terminar aquelas que estão paralisadas, indagando também onde está o zelo com o dinheiro público, porque está sendo aplicado inadequadamente. Afirma que cobrará do Governo, porque não entregou aquilo que foi pago com o dinheiro dos catarinenses.
[Taquígrafa: Sara]

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Informa que, na presente data, comemora-se o Dia do Agricultor, lembrando que em Santa Catarina a produção de avicultura é a segunda do Brasil e a suinocultura é a primeira. Destaca também a produção de maçã, mel, tomate, arroz e leite, além de grãos.

Homenageia os agricultores, dizendo que vê crescimento na expansão de áreas, como as de produção de grãos, mas também vê deficiências, como na infraestrutura, dizendo ser urgente a substituição para as redes trifásicas, bem como a pavimentação rural, comentando que a população rural deve ter acesso aos mesmos privilégios que a população urbana, como pavimentação e boa iluminação, até mesmo pela importância de dar continuidade à agricultura familiar, incentivando os jovens a continuarem no campo. Sobre a infraestrutura rural, diz que deve haver um programa do Governo para isso, mas abordará o tema em outro momento. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Faz seu pronunciamento em referência à questão de se tirar dinheiro do pobre, mencionando a declaração feita pelo Secretário Paulo Eli, da Fazenda, que diz que a sonegação fiscal em Santa Catarina é de R\$ 10 bilhões. Considera isso como tirar dinheiro do pobre, pois quando ele vai ao caixa do mercado, ou até mesmo na economia informal, com o pouquinho de salário que tem e faz suas compras, paga na hora com dinheiro e esse dinheiro não chega aos cofres públicos para retornar em benefícios para os cidadãos.

Discorre sobre a questão de o Governo do Estado colocar R\$ 4 bilhões por ano na Previdência por não fazer previsão, bem como por não criar o sistema de aposentadoria complementar. E aquele servidor que já contribuiu, agora quando chega na sua aposentadoria não tem aqueles recursos. Cita que Santa Catarina tirou os recursos que estavam lá na previdência complementar para aplicar em

obras, em outras atividades, e a última retirada do Governo foi de quase um bilhão de reais.

Agradece aos Deputados aparteantes, e diz que quem sonega se apropria, pois o empresário é o repassador uma vez que na venda do produto o imposto já vem embutido, e deve ser repassado para que o Governo fazer os investimentos nas áreas de infraestrutura, saúde, segurança pública. Quanto à Previdência, considera injusto dizer que está se tirando do pobre, pois é um recurso que o Governo recebeu inclusive do servidor, e deixou de colocar no fundo que deveria colocar para atender aquelas necessidades.

Em relação à sonegação, diz que é um ato direto de tirar dinheiro do pobre, e sofre com isso quem paga o imposto, bem como o empresário que cumpre com suas obrigações, que age corretamente e dentro do direito, e diz que estão sendo penalizados pelas atividades daqueles que não recolhem o devido imposto, e há ainda os que recolhem e não repassam aos cofres públicos e, assim, fala da economia paralela que deveria registrar as compras do consumidor, o serviço que foi prestado, e que tudo isso não é declarado.

Diz que é muito prático achar que o servidor público é o responsável pelo desequilíbrio, mas, pelo contrário, o servidor público cumpre com sua missão, faz o Estado de Santa Catarina ser um Estado de referência nas áreas de segurança pública, saúde pública, educação. Também, percebe a realização das pessoas que trabalham no serviço público quando o Estado recebe o reconhecimento por prestar bons serviços públicos. E recorda que, às vezes, o Estado é penalizado pela excelência que tem nas áreas citadas, ao relatar de quando era da Chefia da Polícia Civil e eram levados projetos a Brasília sobre segurança, ao chegar lá, eram consultadas as estatísticas e diziam que os índices de homicídios em Santa Catarina estavam lá em baixo, e aí indagavam para que queríamos recursos. Logo, entende que o Estado de Santa Catarina está sendo penalizado por ser eficiente, por cumprir com suas obrigações, que com o tributo que recebe faz referência em educação, saúde e

segurança pública, e não recebe o devido recurso público.

Menciona que em 2020 Santa Catarina recolheu R\$ 69,8 bilhões em recursos federais que foram para Brasília, e diz que não consegue ver nem 2% sendo aplicado no Estado, o que é visível nas condições que se encontram as rodovias catarinenses, os portos e aeroportos. E se reporta à questão do Estado querer ajudar na realização de obras federais, pois quem está sofrendo é o cidadão catarinense, é o empresário catarinense e, ainda, o Governo Federal não quer receber os recursos que o Estado pode disponibilizar. Assim, lamenta ver sonegação fiscal, e afirma que a Secretaria de Estado da Fazenda tem que ser apoiada para pegar setores que fazem uma economia paralela, o que faz com que os recursos não cheguem aos cofres públicos.

Também, discorda de se colocar o servidor público como vilão, não é justo, pois entende que o servidor cumpre sua parte com respeito, assiduidade, competência, e o contrato que o Estado tem com ele deve ser cumprido. Diz que é favorável a buscar equilíbrio na Previdência, fazendo com que as contribuições permaneçam num fundo, para que não seja preciso tirar do caixa do Estado. Ressalta que se isso até hoje não aconteceu, é por falha da administração pública e não do servidor. Também considera que se deve combater com veemência a sonegação fiscal.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) - Corrobora e parabeniza a fala do Deputado no que diz respeito à sonegação fiscal. Menciona que os consumidores são os pagadores de muitos impostos, o empresário é o recolhedor, e que, muitas vezes, é cobrado e não é recolhido. Mas, entende que essa situação precisa ser resolvida, até para acabar com a dificuldade de manter a Previdência dos servidores e, no momento presente, taxar ainda mais é uma atitude dura a se fazer, mas alguma coisa precisa ser feita para que os servidores tenham suas aposentadorias pagas nos próximos anos.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Ao apartear o Deputado, parabeniza pelo discurso, e comenta que, na semana passada, em conversa com alguns Deputados, levantou-se a questão de os 40 Parlamentares, os 16 Deputados Federais e os três Senadores, todos unidos, fazerem um movimento para mostrar ao Ministro como estão as rodovias, porque o catarinense quer vê-las em boas condições, tanto as federais como as estaduais, e quer que os recursos retornem para Santa Catarina.
[Taquígrafa: Sílvia]

Deputado Bruno Souza - Solicita a palavra ao sr. Presidente, por questão de ordem.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Bruno Souza.

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Quer deixar com muito respeito a sua posição ao se referir ao pronunciamento do Deputado Maurício Eskudlark, não sabendo se ele acredita nas palavras do Secretário Paulo Eli, por ter ouvido que o catarinense sonega R\$ 10 bilhões por ano. Repudia tal afirmação, não acredita que seja verdade, porque isso seria dizer que o catarinense é um povo sonegador, que sonega um terço do seu Orçamento. Assim, quer deixar registrado na Casa Legislativa que há quem não acredite nisso. E também faz a sugestão à TVAL para que promova um debate entre Deputado Bruno Souza e Deputado Maurício Eskudlark, pois possuem opiniões antagônicas com relação à Reforma da Previdência.

Deputado Moacir Sopelsa - Pede a palavra pela ordem, ao senhor Presidente.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reporta-se à fala do Deputado Bruno Souza, até para que não fique um mal entendido.

Diz que entendeu que quem deve ICMS do produto que foi vendido, é sonegador. Em tempo, faz uma exemplificação de que se uma empresa vende um casaco, no qual está embutido o imposto, e não recolhe para o Estado o tributo, entende que tal fato é uma sonegação. Assim, os R\$ 10 bilhões que

o Estado tem para receber é de quem comercializou, cobrou e não repassou aos cofres públicos. Registra que tal ato é uma apropriação indébita, entretanto há muitos empresários que cumprem com suas obrigações fiscais corretamente.

Deputado Maurício Eskudlark - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pede a palavra por ter sido citado. Diz que existem excelentes empresários, que recebem e recolhem os devidos impostos. Faz a confirmação da declaração do Secretário Paulo Eli, conforme está publicado no jornal NSC sobre os R\$ 10 bilhões de sonegação, e comunga a fala do Deputado Moacir Sopelsa sobre quem emite nota fiscal e não recolhe, o que caracteriza apropriação indébita, bem como o sonegador informal que não emite a nota, entendendo que isso configura sonegação. Outrossim, comenta sobre os que são bons pagadores, que cumprem com a legislação tributária e que são os bons contribuintes, e que acabam sofrendo com a concorrência desleal. Reafirma que as suas colocações, bem como as do Deputado Moacir Sopelsa, respeitam o bom contribuinte.

Deputado Valdir Cobalchini - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Manifesta-se na mesma esteira e, sobre a sonegação fiscal, comenta que gosta de ouvir rádio, principalmente quando do deslocamento dos 400km, sendo que tem alguns pontos sem sinal de celular e, por incrível que pareça, escutou um comercial de uma loja qualquer dizendo que certo produto com nota fiscal o preço era "x" e sem nota fiscal era "x menos y", o que considerou o fato como ousado e ficou surpreso, porque não pensava que poderia existir esse tipo de promoção.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Agradece a manifestação dos srs. Deputados sobre o tema. E, em tempo, diz que está rodando nos grupos

de *WhatsApp* lista dos dez maiores devedores de ICMS, inclusive operadora de celular de Santa Catarina. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0129/2021, 0229/2021 e 0254/2021.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0027/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0188/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0277/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs.deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0033/2019, de autoria do Deputado João Amin, que dispõe sobre a aquisição, por restaurantes e estabelecimentos congêneres, de

pescado fresco diretamente dos pescadores artesanais e aquicultores.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Agricultura e Política Rural; e de Pesca e Aquicultura.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados João Amin, Marlene Fengler, Valdir Cobalchini e Bruno Souza.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

A este projeto há um pedido de destaque assinado pelos Deputados Bruno Souza, João Amin e mais dois signatários.

Discussão e votação em Separado da Emenda Supressiva, de fls. 12 ao Projeto de Lei nº PL./0033.0/2019, que "Dispõe sobre a aquisição, por restaurantes e estabelecimentos congêneres, de pescado fresco diretamente dos pescadores artesanais e aquicultores."

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado João Amin.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Deputado Valdir Cobalchini - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - A pedido do autor, pede a retirada do Projeto de Lei n. 0322/2019, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, na sequência da Ordem do Dia da presente data.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Atende o requerimento do Deputado, retirando de pauta o referido projeto. [Taquígrafa: Sara]

Pedido de Informação n. 0544/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, solicitando ao Presidente do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial, informações acerca da migração do atendimento da central regional de plantão policial na cidade de Laguna para Imbituba

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0545/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando, ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca do valor destinado ao BADESC e ao BRDE por intermédio de Medida Provisória aprovada nesta Casa.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0546/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca da fixação de placas contendo a exposição dos motivos de interrupção em obras paralisadas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0547/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando, ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca dos gastos com combustíveis da Coordenadoria Regional de Infraestrutura do Extremo Oeste e sobre seu titular.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0548/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando, ao Secretário de Estado de Saúde, informações acerca do tempo que os pacientes precisam aguardar para serem atendidos no Hospital Governador Celso Ramos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0578/2021, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, cumprimentando o Senhor Jean Carlos Rodrigues, por ter a verdadeira essência de ser um cristão, tendo comemorado a felicidade de uma família que não conhecia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0579/2021, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, cumprimentando diversos atletas catarinenses, por competirem nos Jogos Olímpicos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0580/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark, cumprimentando a Polícia Militar de Santa Catarina, pela pronta resposta e precisão na abordagem em sequestro relâmpago ocorrido em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0582/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, manifestando apoio a manutenção da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Morro do Céu, no município de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0583/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, manifestando apelo ao Senador Jorginho Mello e demais autoridades, para a elaboração de projeto de lei visando à adoção do limite de quatro milhões e oitocentos mil reais para efeito de recolhimento do ICMS nos Estados da Federação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0584/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, manifestando apelo ao Diretor-Geral do DNIT para que sejam instaladas lombadas eletrônicas ou redutores de velocidade na Rodovia BR-470.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0585/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, manifestando aplausos ao motorista Jean Carlos Rodrigues pelo expressivo gesto de solidariedade e grandeza humana, manifestado ao perceber que a ocupante do carro que trafegava a

sua frente dirigia-se para sua última radioterapia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0586/2021, de autoria da Deputada Paulinha, manifestando aplauso à vida e a obra do Jornalista Névio Fernandes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1357/2021 e 1358/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1359/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto; 1360/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 1361/2021, 1362/2021, 1363/2021, 1364/2021, 1365/2021, 1366/2021, 1367/2021, 1368/2021, 1370/2021 e 1371/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1372/2021, 1373/2021, 1374/2021, 1375/2021, 1376/2021 e 1377/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; e 1378/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1647/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão; 1648/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1649/2021, 1650/2021, 1651/2021 e 1652/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 1653/2021, 1654/2021 e 1656/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 1657/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima; 1658/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1659/2021, 1660/2021, 1661/2021, 1662/2021, 1663/2021, 1664/2021, 1665/2021, 1666/2021, 1667/2021, 1668/2021 e 1669/2021, de autoria da Deputada Paulinha.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquiografia: Cinthia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo oradores inscritos em Explicação Pessoal, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquígrafa Sara]